

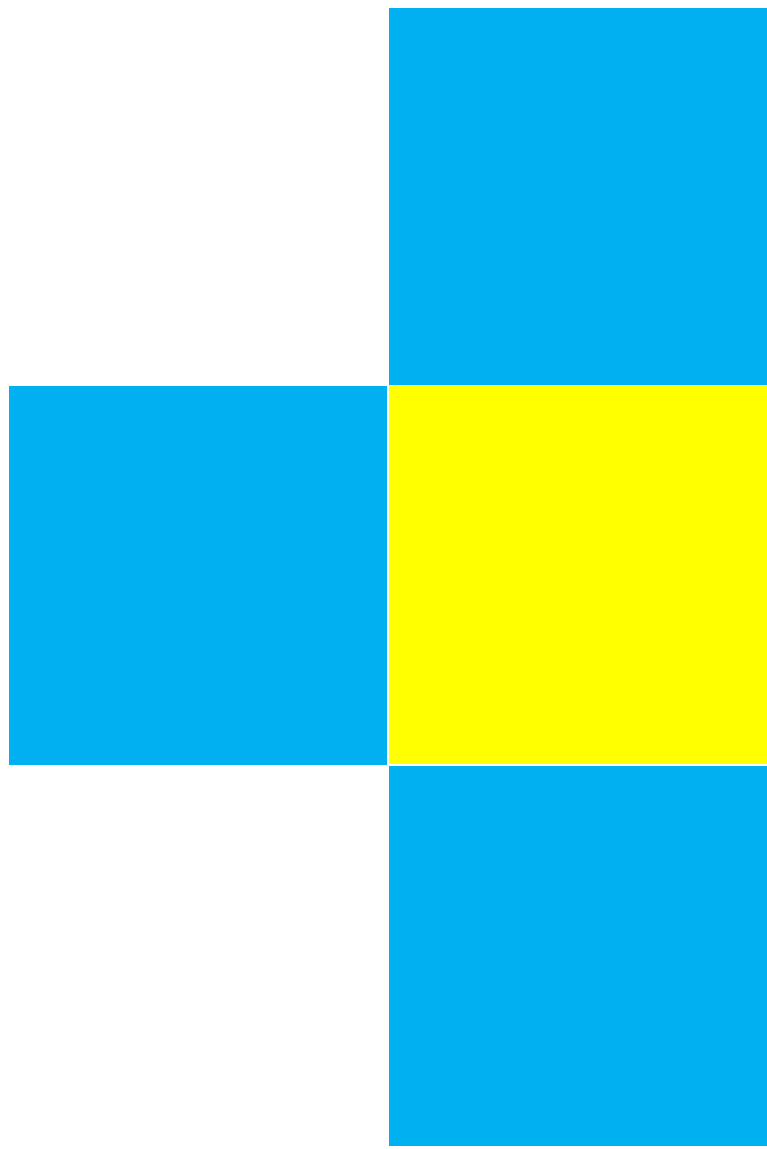
# **Aceleração Algorítmica, Crise da Soberania e Noopolítica: a Batalha pelo Controle das Redes**

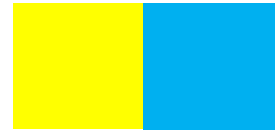
Giuseppe Cocco

*Professor Titular da UFRJ, professor do PPG de Comunicação e Cultura da UFRJ, E-mail: [beppo1977@gmail.com](mailto:beppo1977@gmail.com)*

Felipe Fortes

*Pós-doutorando pelo PPG de Comunicação e Cultura da UFRJ. Bolsista da FAPERJ. Doutor em Filosofia. E-mail: [lesubversifguy@gmail.com](mailto:lesubversifguy@gmail.com)*





**Resumo:** O artigo analisa a disputa pelo controle das redes digitais via aceleração algorítmica, crise da soberania e noopolítica. Com a cognição coletiva como novo campo de disputa, o avanço das Big Techs reconfigura a governança global e consolida formas de tecnofascismo. Defendemos que a aceleração noopolítica deve ser apropriada para democratizar a inteligência coletiva, subvertendo a captura algorítmica e promovendo novas formas de resistência. A luta pelas redes exige não só regulação estatal, mas infraestruturas alternativas que reconfigurem a produção do conhecimento e do poder.

**Palavras-chave:** Aceleração Algorítmica. Crise da Soberania. Noopolítica.

### **Algorithmic Acceleration, Crisis of Sovereignty and Noopolitics: the Battle for Control of Networks.**

**Abstract:** The article analyzes the struggle for control over digital networks through algorithmic acceleration, the crisis of sovereignty, and noopolitics. With collective cognition as the new battleground, the rise of Big Tech reshapes global governance and consolidates forms of technofascism. We argue that noopolitical acceleration should be leveraged to democratize collective intelligence, subvert algorithmic capture, and foster new forms of resistance. The battle for networks requires not only state regulation but also alternative infrastructures capable of reshaping the production of knowledge and power.

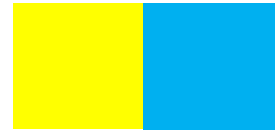
**Keywords:** Algorithmic Acceleration. Crisis of sovereignty. Noopolitics

## 1. Introdução: A Batalha pelo Controle das Redes

A reeleição triunfante de Donald Trump desencadeou uma série de incertezas que reverberaram em escala mundial. Os discursos e decretos emitidos já no primeiro dia de sua posse revelaram cenários perturbadores: os Estados Unidos desvincularam-se de acordos climáticos e da Organização Mundial da Saúde, enquanto optaram por manter o funcionamento do *TikTok* — decisão que reverteu a suspensão imposta pela administração Biden e validada pela Corte Suprema. Esse episódio ilustra como o fenômeno eleitoral da nova extrema-direita, iniciado em 2016 com marcos como o Brexit e a primeira eleição de Trump, supera o mero acidente político, configurando uma dinâmica estrutural e de abrangência global capaz de colocar em crise os próprios alicerces democráticos da globalização.

Além disso, dois elementos inovadores marcam essa nova etapa. Primeiramente, Trump obteve a vitória mesmo diante de uma administração Biden que implementava uma virada político-econômica robusta — pautada em uma distribuição de renda mais equitativa, em uma biopolítica eficaz no contexto pandêmico e em iniciativas como o *Green New Deal*, destinadas a estabelecer bases para a regulação das Big Tech. Em segundo lugar, emerge a figura de Elon Musk, cuja influência se estende por empresas como Tesla, SpaceX e Neuralink. Paralelamente, o foco da disputa desloca-se para a regulação das Big Tech californianas — um campo onde oligarcas da tecnologia, como Bezos, Zuckerberg, Sundar Pichai, Sam Altman, Tim Cook e Satya Nadella, convergem estrategicamente em uma empreitada que visa frustrar projetos democráticos de imposição de leis antitruste, à semelhança das iniciativas liberalizadoras dos anos 1980.

Esses acontecimentos evidenciam uma tensão fundamental: *há uma clara defasagem entre o poder que as Big Tech acumulam e as estruturas tradicionais de soberania dos Estados e das grandes potências*. Pode-se, assim, falar em uma crise da soberania global, ilustrada pela batalha entre Big Tech e o Estado soberano no horizonte da regulação — onde, em meio à suspensão de mecanismos regulatórios, as próprias empresas monopolistas assumem o papel de *Lei do mais forte*. O protagonismo dessas empresas manifesta-se em uma dupla dimensão: uma postura defensiva, com a Europa



como campo imediato de confronto, e uma vertente ofensiva, cujo horizonte ambiciona remodelar as formas-estados, as estratégias de guerra e os contornos da globalização.

Neste contexto, gostaríamos de propor que a disputa pelo controle das redes emerge como o cerne de uma transformação profunda nas relações de poder contemporâneas — transformação que este artigo se propõe a investigar à luz dos conceitos de aceleração algorítmica, crise da soberania e noopolítica.

Por *aceleração algorítmica* entendemos a velocidade com que as inovações tecnológicas, impulsionadas pelo avanço da inteligência artificial, big data e algoritmos, estão transformando os processos sociais, políticos, biológicos e a própria infraestrutura digital contemporânea, especialmente nas metrópoles, exigindo que instituições e práticas de governança se adaptem a esse novo ritmo na produção e disseminação de informações. Por *crise da soberania*, evidenciamos o enfraquecimento dos modelos tradicionais de soberania estatal diante das dinâmicas de controle emergentes das redes digitais e das Big Tech, que concentram poder econômico, tecnológico e informacional, ultrapassando as fronteiras convencionais dos Estados e, por outro lado, por uma ascensão de forças reacionárias ligadas à Big Tech que colocam a democracia e a globalização em risco. Por fim, a *noopolítica* (e também o *noopoder*) refere-se à política do conhecimento e à gestão da *noosfera* — o espaço onde se produzem, circulam e controlam os saberes e as informações. Nesse cenário, o domínio das redes digitais ultrapassa a mera manipulação de dados, configurando uma disputa pelas narrativas e significados, o que implica em uma passagem, tanto de um *biopoder para um neuropoder*, quanto de uma *biopolítica para uma noopolítica*. Enquanto as biopolíticas voltavam-se “apenas” para as populações — como se evidenciou nas medidas de *lockdown* e nas campanhas vacinais na pandemia —, na aceleração algorítmica da noosfera, as populações de cérebros emergem como o novo foco de governamentalização.

O objetivo deste artigo é articular esses três conceitos para apresentar um panorama que aponte os desafios atuais relativos à regulação e à soberania, ao mesmo tempo em que se busca evitar análises catastrofistas, propondo novas linhas de resistência democrática.

## 2. Aceleração Algorítmica: a metrópole em um foguete.

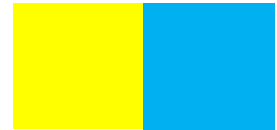
Por aceleração algorítmica, fazemos referência, por um lado, ao debate sobre aceleracionismo<sup>1</sup> e, por outro, sobre a especificidade da que aconteceu nos últimos 10 anos, algo que a literatura formula, por exemplo, assim: “a Inteligência Artificial sacode nossas sociedades em um ritmo inédito. Uma frenesia de inovação que se opõe à exigência de tempos longos do político e torna complexa a elaboração de estratégia digitais duráveis” (STORCHAN, NOIRY, 2022, n.p).

Os algoritmos estão por toda parte e a Inteligência Artificial (IA) voltou a assombrar — ou iluminar — nosso futuro. Como sabemos, há um sem-número de discussões, abordagens e avaliações sobre os impactos e o futuro da IA: sobre o trabalho, sobre a política, sobre a tecnologia, etc. Aqui, nos interessa o fato que a IA diz respeito a duas noções que até agora constituem verdadeiros enigmas para a ciência e a epistemologia. Por um lado, a IA diz respeito ao estatuto e à noção de *inteligência*. Pelo outro, é o estatuto da noção de *vida* que está no cerne da aceleração tecnológica e algorítmica.

Sarah Walker (2024) propõe uma reflexão sobre as cidades como paradigmáticas da própria noção de vida, ligando-as à biofísica e à possibilidade de organização fora do equilíbrio. Ela afirma que a Terra é o único planeta onde a transição do caos para a ordem, ou seja, para a vida, ocorreu, sendo a entropia negativa fundamental para a manutenção dessa ordem. As cidades, assim como tempestades e outros fenômenos naturais, são consideradas estruturas dissipativas que se auto-organizam através de trocas de energia, mas com uma diferença crucial: enquanto tempestades como o *Grande Red Spot* de Júpiter não guardam memória do processo que as gerou, as cidades carregam uma memória ancestral, sendo o produto de uma longa cadeia de eventos com milhões de anos de evolução, sustentado pela contínua aquisição de informação e pela preservação de uma “linhagem” essencial para sua existência.

---

<sup>1</sup> Sobre a noção de aceleracionismo e o debate mais recente, cf. “Economia e Subjetividade: O aceleracionismo do ponto de vista do marxismo”, dossier org. por Bruno Cava, *Lugar Comum*, n.41, setembro-dezembro 2013.



As cidades, visíveis à noite ao gerar radiação eletromagnética, refletem a transferência de energia e a organização complexa da matéria. A memória que leva ao *making* das cidades é adquirida ao longo de eras de seleção: não se trata de auto-organização espontânea no espaço, mas de assemblagem ao longo do tempo. Oras, essas assemblagens que estão se multiplicando e a migrando das formas impressas e física para as digitais em nuvens (clouds).

Esse processo de *Making da Metrópole* (SZANIECKY, COCCO, 2021) tem sido intensificado pela aceleração algorítmica e pelo avanço da Inteligência Artificial, que não apenas reconfiguram o espaço urbano, mas também alteram sua temporalidade e dinâmicas organizacionais. O desenvolvimento da IA impulsionam novas formas de organização descentralizada e adaptativa. Nesse sentido, podemos pensar as metrópoles contemporâneas como sistemas cada vez mais mediados por infraestruturas algorítmicas, aonde a IA se torna um agente central na regulação de fluxos urbanos, no gerenciamento energético e na própria organização social. A cidade deixa de ser apenas um espaço físico e passa a operar cada vez mais visivelmente como um organismo informacional vivo, onde algoritmos processam dados em tempo real para, por exemplo, otimizar transportes, monitorar redes elétricas, prever demandas sociais e influenciar comportamentos e decisões políticas. Esse deslocamento das estruturas urbanas para redes digitais — das ruas para as *clouds* — marca uma nova etapa na evolução das cidades, em que a inteligência artificial assume um papel ativo na constituição da metrópole, acelerando sua mutação e tornando-a cada vez mais interdependente da máquina computacional planetária que a sustenta.

Mas o motor dessa aceleração algorítmica da metrópole não é a IA “tradicional”<sup>2</sup> (GOFAI). Trata-se de uma de suas vertentes até poucos anos atrás vista como marginal: o *conexionismo*, ou seja, as redes neurais de aprendizagem profunda (o “*deep learning*”)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Good Old-Fashioned Artificial Intelligence, chamada também Symbolic Artificial Intelligence. Ver [https://en.wikipedia.org/wiki/Symbolic\\_artificial\\_intelligence](https://en.wikipedia.org/wiki/Symbolic_artificial_intelligence)

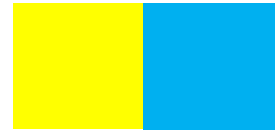
<sup>3</sup> O conexionismo faz parte do núcleo inicial das pesquisas sobre Inteligência Artificial que é a cibernética. Desde o início, o *connectionism* se diferenciou por não procurar a reprodução dos modos de pensar simbólicos (cf. Dupuy, 2009:6).

Essa IA não mimetiza nossas funções lógicas, mas funciona por inferências estatísticas. O ecossistema que permitiu ao *conexionismo* alcançar essas performances ao longo da última década foi a *Internet das Coisas*: Big Data e Potência de Cálculo (dos computadores) que proporcionaram as inferências estatísticas que até então *faziam falta* à máquina computacional planetária. Estamos diante de um fenômeno de *ruptura*: as traduções técnicas dos avanços teóricos da computação ficaram represadas por décadas e, de repente, começaram a se difundir socialmente, segundo aquelas dinâmicas de inovação por *clusters* teorizada por Joseph Schumpeter.

Os algoritmos não estão somente onde mais os esperamos (nas redes sociais, nos motores de busca, nos aplicativos, etc.), mas também nos objetos industriais da nossa paisagem doméstica, como uma máquina de lavar ou um automóvel. Em 2018, os objetos conectados eram 10 bilhões. Em 2025 deverão ser 64 bilhões e vários trilhões em 2040, todos monitorados em tempo real (GLOBAL TREND, 2021): dos 80 bilhões de chips produzidos em 2018, apenas 2 bilhões eram destinados a computadores e smartphones (a crise de produção de chips devida à pandemia mostrou como isso pode impactar setores industriais que pensamos não serem diretamente envolvidos na ciência da computação).

A respiração metropolitana de bilhões de decisões (compras, deslocamentos, acessos, buscas, aulas, vacinas, dados médicos, biometrias, etc.) *não evaporam mais*. Diferentemente do que pensou Marx e Engels quando eles pensavam o capitalismo industrial, no capitalismo contemporâneo, *ao invés de desmanchar no ar, todas nossas atividades se cristalizam em dados*. Conectando bilhões de objetos, a Internet se tornou um *ecossistema inclusivo* no qual a inteligência artificial não se faz — como se queria em sua origem — por reprodução das funções lógicas e simbólicas do pensamento, mas por inferências estatísticas a partir de oceanos de dados continuamente garimpados e modelizados pela máquina computacional planetária.

Ao mesmo tempo, já aparece no horizonte o desenvolvimento das interfaces cérebro-máquina (*HMI – Human Machine Interaction*) e, com elas, a passagem da Internet das Coisas para a *Internet dos Corpos*, no qual a colonização do cérebro é a nova fronteira. A automação das operações produtivas transforma também o comportamento



humano, *emocional* e cognitivo. Ao mesmo tempo, entre a revolução 2.0 (COCCO, ALBAGLI, 2011) do ciclo de 2011–2013 e os tsunamis de *Fake News* (Brexit, Trump), todas as formas de representação atravessam uma crise profunda e cada vez mais inquietante.

Benjamin Bratton (2015) é um autor que propõe uma nova cartografia política para compreender a ascensão desse sistema computacional em escala planetária. Ele destaca como a “nuvem” (cloud) obscureceu o debate sobre redes, polarizando as percepções entre um otimismo messiânico e um pânico apocalíptico. Para Bratton, o problema fundamental é a ausência de um vocabulário adequado para descrever essa nova infraestrutura. Ele sugere o conceito de *Stack* (empilhamento) para capturar a complexidade dessa transformação, que não se limita a um sistema computacional global, mas reconfigura as próprias noções de soberania e território.

Esse modelo lembra a periodização do cosmologista Max Tegmark (2017), que identifica três estágios evolutivos da humanidade: primeiro, o desenvolvimento do hardware biológico ao longo de milhões de anos; segundo, a emergência do software cultural ao longo de dezenas de milhares de anos; e terceiro, o momento atual, no qual o software humano (tecnologia e cultura) adquire a capacidade de modificar o próprio hardware genético. Esse processo se acelera de forma exponencial, comprimindo o tempo histórico e tornando cada nova etapa de transformação mais rápida e disruptiva. A convergência entre Inteligência Artificial e biologia sintética, como demonstram os avanços do *DeepMind* no mapeamento das proteínas, ilustra esse novo cenário.

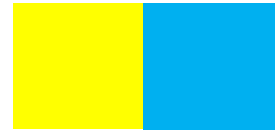
O *Stack*, segundo Bratton, não apenas estrutura essa infraestrutura digital global, mas também redefine a arquitetura da soberania. Ele descreve uma ordem vertical modular, composta por camadas de protocolos e softwares que operam interdependentemente. Essa lógica de empilhamento cria um novo tipo de *geopolítica do design*, na qual o poder não se organiza mais em nações e fronteiras fixas, mas em ecossistemas de plataformas e interfaces. Conceitos como “soberania das plataformas”, “feudalismo das nuvens” e “topologia em loop” emergem para descrever esse novo regime.



Bratton argumenta que estamos diante de uma inflexão geopolítica que desloca o eixo do poder das instituições tradicionais para a lógica abstrata e fluida das plataformas. Essa transição sugere o declínio do Estado-nação e o surgimento de um *transnacionalismo existencial*, em que a governança se torna fragmentada e hiperconectada. Esse novo paradigma inclui desde a reconfiguração da logística global e a proliferação de “cidades-estado” digitais até a emergência do colapso ecológico como condição permanente.

Bratton, portanto, enfatiza a necessidade de *mapear o novo normal*, compreendendo como o *Stack* reorganiza territórios e jurisdições. A computação em escala planetária atravessa e distorce fronteiras, exigindo um novo *nomos* ainda indefinido e disputado. Essa transformação não implica o desaparecimento automático dos Estados, mas sim uma recomposição do poder, marcada tanto pela dissolução das fronteiras tradicionais (*debordering perforation*) quanto pela multiplicação de novas segmentações e hierarquias (*overbordering*). Esse processo gera um híbrido entre antigas estruturas feudais e novos regimes informacionais, nos quais a desigualdade da computação se sobrepõe à desigualdade geopolítica, redefinindo o controle sobre territórios e fluxos de dados.

Em nosso ponto de vista, é necessário não somente mapear a tendência, como também a contra-tendência, ou seja, as linhas de antagonismo possíveis que possam indicar vias democráticas alternativas para esse processo em disputa. A questão aqui é apreender a mutação no momento em que ela se potencializa, quando pega carona em um foguete de Elon Musk — um processo irreversível, afinal, um foguete não dá ré. Ou seja, como distinguir, dentro das linhas soberanas de emergência do tecno-fascismo, aquelas linhas democráticas que possam se reapropriar da tendência no contexto da máquina computacional planetária e da metrópole algorítmica? No entanto, antes de definir essas linhas democráticas, é preciso apresentar as linhas duras que ameaçam tanto a democracia quanto a própria globalização.



### 3. A Crise da Soberania: a democracia e a globalização ameaçadas.

A centralidade de Elon Musk nas eleições americanas e seu envolvimento com forças neofascistas e neonazistas na Europa levantam a questão: estaríamos diante de uma aliança estratégica entre as Big Tech e a nova extrema-direita, ou de uma inflexão rumo a um *tecnofascismo*? A adesão de outros magnatas do Vale do Silício, como os proprietários da Meta e da Amazon, reforça essa tendência, indicando que o ativismo político das gigantes tecnológicas já não se limita a influências veladas, mas assume um papel de protagonismo global.

O embate entre o Supremo Tribunal Federal do Brasil e a plataforma X/Twitter de Musk, ocorrido em setembro de 2024, tornou-se um marco nesse processo. O episódio teve duas dimensões interligadas: uma interna, relacionada aos esforços de conter políticas autoritárias no Brasil, e outra de alcance global, revelando os desafios na regulação de plataformas digitais. Embora Musk tenha recuado momentaneamente naquele contexto, sua postura evidenciava uma guinada rumo ao engajamento político direto das Big Tech, um movimento que encontrou na reeleição de Trump e na ascensão de Musk um poderoso motor de amplificação, no qual o mundo todo olhou para a suspensão da rede e seu aparente recuo como um exemplo a ser estudado e eventualmente imitado.

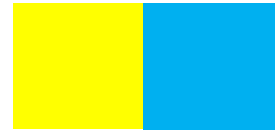
Mesmo antes da posse de Trump, a adesão de figuras como Mark Zuckerberg ao novo cenário — expressa, por exemplo, na suspensão do programa de *fact-checking* do Facebook — já sinalizava a confluência entre interesses políticos e tecnológicos. Na edição de dezembro da *New York Review of Books*, Fintan O'Toole (2024) inverte a famosa tese marxiana sobre a repetição da história: *a tragédia está na repetição*. Ele descreve a reeleição de Trump como “uma brutal demonstração de força”. O impacto desse novo cenário nas redes sociais foi analisado no *Financial Times* por David Allen Green (2025), que descreve a “batalha iminente entre plataformas digitais e o Estado”. Segundo ele, a vitória de Trump acelerou esse processo, enquanto a adesão oportunista de Zuckerberg confirma a tendência. Green cita diretamente a suspensão do X no Brasil como exemplo

de um realinhamento estratégico das Big Tech: diante da crescente pressão regulatória, especialmente na União Europeia, essas empresas reconhecem a necessidade de apoio estatal para enfrentar restrições impostas por outras jurisdições.

Em outra análise do *Financial Times*, Peter Thiel (2025) — um dos principais arquitetos da adesão das Big Tech ao trumpismo — sugere, em tom conspiratório, uma possível “revelação” dos segredos do *ancien régime*, evocando uma espécie de *Glasnost* digital. No *New York Times*, Katrin Benhold (2025) alerta que “Musk e o MAGA” já estão atuando ativamente na Europa, explorando as fragilidades políticas do continente. Já no conservador *Le Figaro*, Nicolas Bouzou (2015) descreve a possível proibição do X/Twitter na União Europeia como um sintoma de “histeria regulatória” e “derrotismo de Bruxelas”, refletindo a polarização desse debate. O enfrentamento entre União Europeia e Estados Unidos na regulação das Big Tech está se intensificando, gerando reações diversas na imprensa internacional. Na *Nature*, uma das principais publicações científicas do mundo, David Adams (2015) destacou o impacto negativo da eliminação do *fact-checking* pelo Facebook, alertando que essa decisão pode agravar a disseminação de desinformação.

Esse conjunto de eventos sugere uma mudança profunda no papel das plataformas digitais, que passaram de meros vetores de circulação de informação para agentes políticos ativos, redesenhando o equilíbrio de poder entre o Estado, o setor privado e os novos regimes de verdade digital. Em nossa leitura, temos a conflagração de uma crise da soberania global — exposta pelo embate entre a regulação das Bigh Techs e os Estados soberanos — que, ao mesmo tempo, vai delineando as linhas de uma ruptura pós-soberana manejada pelas Bigh Tech que, em sua aliança com os setores mais conservadores da emergência da extrema-direita, como o trumpismo (e também com o putinismo), ameaçam a democracia e a própria ideia de globalização.

Nos anos 2000, com seu livro *Império*, Antonio Negri e Michael Hardt ousaram buscar estabelecer, no contrapelo da dogmática da crítica de esquerda do imperialismo, e a partir da crítica da soberania do Estado-Nação, as linhas de uma democracia radical pela via da globalização, no qual emergia uma nova soberania, que os autores definiam como



*Império*. Hoje, 25 anos depois, podemos afirmar que o projeto do *Império*, tal como concebido por Negri e Hardt, não se realizou porque a globalização não consolidou uma soberania democrática transnacional impulsionada pela *Multidão*, mas foi capturada e reconfigurada por forças reacionárias que operam uma modulação autoritária das singularidades globais. O caminho, diferentemente do proposto por Negri e Hardt em suas últimas obras, não era a negação do *Império*, mas sua transformação radical desde dentro, em um movimento de desterritorialização democrática. Portanto, deveríamos definir o *Império* menos como uma realidade a ser combatida, do que como um projeto a ser defendido. Ao contrário, na crise do *Império*, em vez de um espaço global em disputa, onde a desterritorialização democrática poderia avançar, assistimos à emergência de um *fora do Império* que não é uma alternativa libertadora, mas o próprio tecnofascismo como “alternativa”, um regime híbrido em que o poder monárquico e aristocrático se reforça por meio da extração algorítmica, da biopolítica securitária, do fechamento das fronteiras e da emergência de um noopoder como colonização dos cérebros e, portanto, do próprio *General Intellect*. A distopia putinista, o autoritarismo chinês e o trumpismo digital são expressões dessa mutação: não representam uma saída imanente do *Império*, mas a sua decomposição em um novo modelo de comando, onde a crise da democracia e da globalização serve como terreno fértil para a instauração de um regime de controle absoluto. Portanto, o fora do império é o tecnofascismo e a guerra. Assim, a falsa dicotomia negriana entre *Império* e *anti-Império* dissolve-se, pois o verdadeiro antagonismo hoje não está entre globalismo e soberania nacional, mas entre um futuro democrático possível e a consolidação do tecnofascismo como o horizonte predominante.

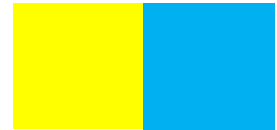
Para aqueles que comemoram a vitória de Trump com cinismo, afirmando besteiras como a de que “Trump não é retrocesso da democracia, mas a sua concretização absoluta” e que “a autodestruição objetiva da democracia ocidental” é um projeto “necessário para qualquer ideia de emancipação planetária futura”, simplesmente questionamos: como explicar que a suspensão abrupta do financiamento humanitário pelos EUA sob Trump, que colapsou o sistema global de assistência a refugiados e imigrantes em poucos dias, revelando a dependência crítica dessas organizações em

relação a esse suporte, pode ser comemorada e é um passo necessário para uma maior emancipação planetária? Ao contrário dessa ideologia imbecil que enxerga a ajuda americana apenas como instrumento imperialista — defendido por parte da esquerda como um reforço quase infantil de uma identidade de esquerda transcendente — na prática, ela garante a sobrevivência de milhões de pessoas que, nesse cálculo de crítica macabro, parecem ser dispensáveis para essa forma de emancipação perversa. Esse ponto, somente, já destaca a diferença fundamental entre Trump, que desmontou essa rede de apoio, e Biden, que retomou o financiamento e reforçou o compromisso humanitário<sup>4</sup>.

Uma leitura muito mais sofisticada e realista é a de Nane Cantatore (2025), que argumenta que o governo Trump representa uma ruptura significativa com a tradição imperial dos Estados Unidos. Cantatore sugere que, historicamente, os impérios se sustentam pelo consentimento ativo das “províncias”, oferecendo-lhes proteção, segurança jurídica, prosperidade econômica, avanços científicos e tecnológicos, hegemonia cultural e sincretismo multicultural. Esses elementos tornam mais vantajoso para as regiões periféricas permanecerem sob domínio imperial do que se separarem. No entanto, o autor observa que a administração Trump adotou uma postura nacionalista que prioriza os interesses imediatos da nação dominante em detrimento da coesão e dos benefícios compartilhados do império como um todo. Essa abordagem, segundo Cantatore, desconsidera a lógica imperial que visa ao desenvolvimento integrado e à influência global, focando-se em uma competição entre nações onde o ganho de uma representa a perda de outra. Essa mudança de paradigma, portanto, sinaliza uma ruptura com a estrutura imperial tradicional dos Estados Unidos, potencialmente enfraquecendo sua posição e coesão no cenário global. Cantatore conclui que, ao abandonar os princípios que sustentam a lógica imperial em favor de uma agenda nacionalista estreita, o governo Trump compromete a estabilidade e a continuidade do império americano, criando tensões internas e externas que podem redefinir criticamente o papel dos Estados Unidos no mundo — e já temos visto como essa tendência tem se atualizado de forma nociva à

---

<sup>4</sup> Sobre o tema, conferir: > <https://uninomade.net/ha-um-mundo-seguro-para-os-refugiados-e-migrantes/>.



democracia global — e não há nada a ser comemorado nesse processo.

A ascensão das Big Tech como atores políticos ativos, em aliança com a nova extrema-direita, marca um ponto de inflexão na crise da soberania global. O embate entre plataformas digitais e Estados soberanos não apenas desafia as estruturas democráticas, mas também redesenha o equilíbrio de poder no mundo contemporâneo. Diante desse cenário, a alternativa não está na nostalgia por uma soberania nacional isolacionista, mas na construção de novas formas de governança democrática capazes de enfrentar o avanço do tecnofascismo. Se a globalização falhou em consolidar uma soberania democrática transnacional, a resposta não pode ser o colapso da democracia em nome de uma suposta emancipação — mas sim afirmar a globalização e a democracia como projetos, enfim.

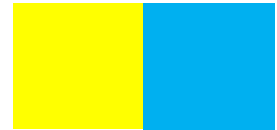
#### **4. Noosfera, Noopoder e Noopolítica: o que pode o cérebro?**

Em um artigo recente, os pesquisadores de defesa e segurança da *Rand Corporation*, David Ronfeldt e John Arquilla (2018), revisitam um paper que haviam escrito duas décadas antes sobre a *cyberwar*. Nesse novo trabalho, eles traçam a genealogia dos conceitos centrais que mobilizam: *Noopolítica* e *Noosfera* (do grego antigo *noos*: mente, intelecto, conhecimento). A noção de Noosfera foi originalmente desenvolvida na década de 1920 pelo teólogo e paleontólogo francês Pierre Teilhard de Chardin, posteriormente ampliada pelo filósofo russo Vladimir Vernadsky e pelo matemático Édouard Le Roy. Teilhard propôs uma periodização do desenvolvimento do planeta em três camadas sucessivas: a *geosfera* (camada inorgânica), a *biosfera* (camada da vida) e, por fim, a *noosfera*, que corresponderia à atual era da consciência coletiva. Para Teilhard, a noosfera transforma o planeta em uma espécie de “envelope pensante”, uma rede global de comunicações e conexões que funciona como uma consciência planetária. Nesse sentido, a Terra encontraria sua “alma” no estágio evolutivo da noosfera. O biólogo evolucionista Julian Huxley também contribuiu para essa visão, sugerindo que a humanidade, ao pensar de maneira conectada, formaria uma nova esfera da vida, um organismo coletivo capaz de expandir as possibilidades da evolução.

No entanto, a transição para essa inteligência planetária não ocorreria de maneira pacífica. Para Teilhard, esse processo poderia ser turbulento, provocando uma espécie de “terremoto” conceitual e até mesmo um colapso apocalíptico da noosfera. Vernadsky, por sua vez, adota uma perspectiva mais materialista, como destacam Ronfeldt e Arquilla. Em um artigo de 1938, ele argumentava que o avanço do conhecimento científico impulsiona a transição da biosfera para a noosfera. Segundo ele, a evolução das formas de vida gerou uma nova energia bioquímica — a energia da cultura humana —, e é essa força cultural que dá origem à noosfera. Diferente de Teilhard, Vernadsky vê esse processo com otimismo, como um estágio natural do desenvolvimento da Terra. Le Roy, por outro lado, emprega uma metáfora hidrodinâmica para descrever a formação da noosfera: em vez de um crescimento ramificado como o de uma árvore, ele a compara a fluxos que se acumulam até formar uma nova camada (*layer*). Para ele, esse fenômeno planetário pode ter implicações cósmicas, refletindo o surgimento de uma nova força — a inteligência humana e sua capacidade reflexiva.

Atualmente, a noosfera não é apenas um campo de evolução intelectual, mas também um espaço de disputa. Como argumentam Ronfeldt e Arquilla, ela se tornou palco de um novo tipo de guerra, que ultrapassa os domínios da informação e da psicologia para atingir diretamente os próprios modos de pensamento. Portanto, a relação entre a *noosfera* e a *aceleração algorítmica* está na interseção entre a expansão da inteligência coletiva e o papel crescente da automação e dos sistemas algorítmicos na mediação do conhecimento e da informação, que, por sua vez, geram novas disputas e conflitos políticos ao nível planetário. Se a noosfera representa a mente planetária conectada, a aceleração algorítmica introduz novas formas de disputa por influência nessa esfera. A guerra cognitiva — que visa não apenas controlar a informação, mas modificar os próprios processos de pensamento — se intensifica com a automação, através da manipulação algorítmica, desinformação em larga escala e engenharia social. Esse conflito, que pode ser descrito como uma guerra cognitiva exatamente porque não se limita a controlar o que sabemos, mas influencia como concebemos a realidade e tomamos decisões.





Entre os desdobramentos políticos mais curiosos desse debate, destaca-se a figura do pensador russo Anton Vaino, um teórico eclético que, em 2011, afirmou ter inventado um dispositivo chamado *Nooscope*, supostamente capaz de registrar mudanças e atividades na Noosfera. Além disso, Vaino teorizou o conceito de “democracia administrada”, uma forma de *noocracia* que, para muitos, reflete a guinada autoritária do regime de Vladimir Putin na Rússia. Sua influência não se limitou ao campo das ideias: em 2015, Putin o nomeou chefe da administração central da Federação Russa, cargo que ele ocupa até hoje. Segundo Vaino, a sociedade moderna tornou-se excessivamente complexa, exigindo novos mecanismos de regulação — e o *Nooscope* seria um dispositivo capaz de detectar e registrar alterações tanto na biosfera quanto na atividade humana.

No entanto, suas teorias são amplamente questionadas. Para Simon Kordonosky, professor da Escola Superior de Economia, os escritos de Vaino carecem de base científica e se assemelham mais a um conjunto de especulações místicas<sup>5</sup>. A jornalista Masha Gessen, por sua vez, descreve o *Nooscope* como uma rede de scanners espaciais destinados a mapear a Noosfera, embora a própria viabilidade dessa tecnologia permaneça obscura. Apesar das dúvidas sobre sua legitimidade científica, parece que Vaino chegou a patentear o *Nooscope*. Gessen também relembra que, em 2012, Vaino publicou um livro intitulado *A Imagem da Vitória*, no qual apresenta uma teoria abrangente e ambiciosa — algo que se assemelha a um projeto de dominação global<sup>6</sup>. Apesar do caráter aparentemente mirabolante das teorias de Anton Vaino, elas fornecem indícios materiais da existência de uma *noopolítica* e de um *noopoder*, conceitos fundamentais para compreender a disputa pelo controle da esfera cognitiva global. A nomeação de Vaino como chefe da administração presidencial russa e suas ideias sobre o *Nooscope* indicam que há, pelo menos no nível estratégico, uma tentativa concreta de estruturar um modelo de governança baseado no controle do fluxo de informações e da cognição coletiva.

---

<sup>5</sup> Olga Ivshina, “Nooscope mystery: the strange device of Putin’s new man Anton Vaino”, BBC News, 16 Agosto 2016, disponível in <https://www.bbc.com/news/world-europe37109169>

<sup>6</sup> “The very strange writings of Putin’s chief of staff”, The New Yorker, 16 Agosto de 2016, disponível in <https://www.newyorker.com/news/news-desk/the-very-strange-writings-ofputins-new-chief-of-staff>

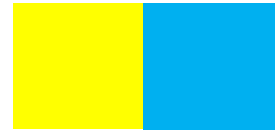


Curiosamente, em 2020, os pesquisadores Matteo Pasquinelli e Vladan Joler retomaram esse termo em seu *Nooscope Manifested*, um trabalho que recontextualiza o conceito dentro dos debates sobre inteligência artificial, estabelecendo um diálogo com a tradição pós-operaista e as noções marxianas de *trabalho imaterial* e *general intellect*. Assim, mesmo envolto em mistério e polêmica, o conceito de *Nooscope* continua a ecoar em discussões contemporâneas sobre tecnologia, poder e conhecimento. Dessa forma, pelo menos conceitualmente, o nooscópio é um dispositivo que abre a consideração, tanto de um noopoder, quanto de uma noopolítica.

Por trás das diversas reflexões sobre a Noosfera, há uma dimensão material composta por artefatos e vestígios documentáveis. Conceitos como o *making* da metrópole e o *Stack* não são meras abstrações; eles estruturam um vasto repositório de informações acessíveis em código aberto, mobilizáveis pelos cidadãos para interpretar e intervir na realidade. Longe da ideia de que o mundo digital e o universo das ideias são imateriais, esses domínios deixam rastros concretos que podem ser analisados e explorados, sendo, ao mesmo tempo, palco e objeto de disputa.

Nesse contexto, a última década testemunhou o crescimento exponencial das práticas investigativas cidadãs reunidas sob o termo OSINT (*Open Source Intelligence*). Essas práticas envolvem investigações conduzidas por atores diversos — de jornalistas a ativistas — que utilizam dados disponíveis online, como arquivos da web, imagens de satélite e documentos financeiros. Ao mapear dinâmicas informacionais, a OSINT não apenas desvela a complexidade da Noosfera, mas também expõe as tensões entre *noopoder* e *noopolítica*: de um lado, revela os mecanismos de controle e manipulação cognitiva; de outro, oferece ferramentas para uma resistência ativa.

A OSINT, nesse sentido, encarna perfeitamente as ambiguidades inerentes à noosfera. Como diria Jacques Derrida, ela pode ser entendida como um *pharmakon*, sendo simultaneamente remédio e veneno — noopolítica e noopoder —, dependendo de seu uso e contexto. Por um lado, fortalece a capacidade cidadã de documentar e questionar o poder, promovendo transparência e mecanismos de contra-governança digital. Por outro, opera um regime de vigilância e exposição massiva, naturalizado pelas



grandes plataformas digitais. Esse duplo movimento reflete uma disputa essencial: enquanto a *noopolítica* busca estruturar uma inteligência coletiva capaz de desafiar o poder, o *noopoder* se manifesta nas tentativas de instrumentalizar a infraestrutura digital para centralizar e direcionar a cognição coletiva.

A resistência das *Big Techs* a legislações como o RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e o DSA (*Digital Services Act*) é um sintoma claro desse embate que, como vimos, expressa a crise da soberania contemporânea. Essas empresas não apenas incentivaram a coleta indiscriminada de dados pessoais, mas também moldaram hábitos que tornam essa exposição praticamente inevitável — e, nesse sentido, toda tentativa de culpabilização aos usuários por “darem gratuitamente” seus dados às interfaces das plataformas é somente um moralismo aquém da crítica — consolidando uma forma privatizada de *noopoder*. Se a informação e os fluxos cognitivos são os novos territórios de disputa, o controle sobre os meios de produção e distribuição desses dados define as condições de exercício do poder.

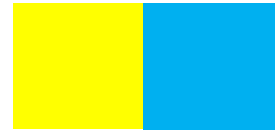
Além disso, a OSINT levanta desafios significativos quando apropriada para fins de controle social. Casos de *doxxing*, perseguições digitais e manipulação via engenharia social ilustram como a vigilância descentralizada pode ser cooptada tanto por grupos autônomos quanto por Estados. No entanto, reduzir a OSINT a uma mera ferramenta de monitoramento seria claramente insuficiente. Seu fundamento repousa sobre princípios essenciais das democracias contemporâneas: transparência, liberdade de expressão, imprensa livre e direito à informação — valores que estão sob crescente ameaça, especialmente em contextos onde regimes autoritários restringem ou proíbem o acesso às redes sociais. Essas restrições cumprem um duplo objetivo: desarticular mobilizações internas e dificultar que adversários geopolíticos acessem informações estratégicas.

Exemplos concretos ilustram essa dinâmica. Países como Rússia, Irã e China desenvolveram redes nacionais fechadas (*Runet*, *Halal Net* e a *Great Firewall*, respectivamente), buscando desconectar seus cidadãos da Internet global — um sintoma claro de que a crise da democracia e da globalização abre espaço apenas para formas de autoritarismo vindouro. Esse isolamento não é apenas uma estratégia de segurança

nacional, mas também uma forma de *noopoder*, pois restringe os horizontes informacionais da população e reforça narrativas oficiais — o alvo não é tanto o controle do corpo, quanto o cérebro e o pensamento das populações. No entanto, a infraestrutura física das redes digitais impõe limites a esse fechamento. Estudos baseados em OSINT, aliados ao conhecimento geopolítico, possibilitam identificar essas vulnerabilidades. A análise de ISPs (*Provedores de Serviços de Internet*), roteadores e do protocolo BGP (*Border Gateway Protocol*) revela brechas estruturais que permitem contornar tais bloqueios. Essas práticas constituem expressões da *noopolítica*, desafiando a arquitetura do *noopoder* ao reconfigurar a distribuição da informação.

Por fim, as assimetrias entre democracias e regimes autoritários impõem a necessidade de repensar estratégias de defesa dos valores democráticos diante do avanço da guerra cognitiva na Noosfera. Diferente da guerra psicológica ou da manipulação informacional, a guerra cognitiva não mira apenas o conteúdo da informação, mas os próprios processos de pensamento, modificando os filtros perceptivos e os circuitos de processamento mental. Nesse cenário, a OSINT se torna um recurso estratégico essencial para uma *noopolítica* que não apenas compreenda a arquitetura da informação global, mas também *antecipe e responda* aos desafios contemporâneos que ameaçam as liberdades fundamentais. A disputa pela Noosfera já está em curso, e o embate entre *noopoder* e *noopolítica* determinará os rumos da cognição coletiva no século XXI.

Harold Innis inspirou Marshall McLuhan ao destacar a relação intrínseca entre comunicação e império: cada novo meio de comunicação não apenas transforma as formas de transmissão da informação, mas também altera a estrutura perceptiva dos indivíduos e das sociedades. As técnicas de comunicação não são neutras; elas redefinem as interfaces do pensamento, da economia e do poder. Diante disso, não é surpreendente que a aceleração algorítmica da última década tenha provocado abalos sísmicos na política e na sociedade global. Esse fenômeno não se resume à digitalização da informação, mas aponta para a emergência de um novo regime cognitivo, onde a noosfera passa a ser um território de disputa. A transformação desse espaço é acompanhada pelo surgimento de



uma *noopolítica e de um noopoder*, uma reorganização do poder baseada no controle das infraestruturas informacionais e dos fluxos de pensamento.

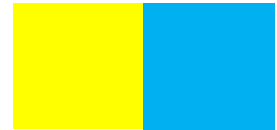
Em um livro recente, Henry Kissinger, Eric Schmidt e Daniel Huttenlocher, figuras expressivas da política e da indústria norte-americana, traçam um paralelo entre o impacto revolucionário da imprensa e a atual ascensão da Inteligência Artificial (IA), afirmando: “Hoje começa uma nova época. Nela, mais uma vez, a tecnologia transformará o conhecimento, as descobertas, a comunicação e o pensamento individual”. No entanto, eles fazem uma ressalva fundamental: “A Inteligência Artificial não é humana. Não tem esperanças, não reza, não sente. Tampouco tem consciência ou capacidade reflexiva” (KISSINGER, SCHMIDT, HUTTENLOCHER, 2021, p. 205). Isso nos confronta com um paradoxo essencial da era algorítmica: a IA não possui experiência subjetiva da realidade, mas sua crescente sofisticação em processos lógicos, avanços técnicos e gestão de sistemas complexos cria outra forma de organização da cognição. “Na idade da IA”, concluem os autores, “a razão humana poderá se encontrar, ao mesmo tempo, aumentada e diminuída” (KISSINGER, SCHMIDT, HUTTENLOCHER, 2021, p. 208). Esse paradoxo, no entanto, não é apenas uma questão técnica. Em nossa perspectiva, é principalmente um problema político e ético, pois redefine os mecanismos de controle da informação e a distribuição da capacidade de decisão — questões centrais para o entendimento do *noopoder*.

Yann Moulier Boutang define o capitalismo cognitivo como um conjunto de dispositivos que capturam as externalidades positivas geradas pela cooperação dos cérebros em redes — ou seja, pela inteligência coletiva distribuída. Warren Neidich divide o desenvolvimento desse capitalismo em duas fases: a primeira, marcada pela automação das linhas de montagem, acompanhada da financeirização do capital e da crescente imaterialidade do trabalho; a segunda, inaugurada na virada do século, é caracterizada pela centralidade da interface máquina-cérebro. Na primeira fase, a inteligência coletiva permanecia um fenômeno social difuso, antecipado por Marx no *Fragmento sobre as Máquinas* sob a noção de *General Intellect*. Com a aceleração algorítmica na noosfera, a constituição dessa inteligência geral passa pela colonização de cada cérebro, bem como

de suas conexões. Ora, ao contrário dos músculos, o cérebro nunca está em repouso. Ao mesmo tempo, se é possível forçar fisicamente as pessoas a seguir uma cadência particular e assim coordenar uma linha de trabalho, *não se sabe como forçar os cérebros a cooperar*. Portanto, nessa segunda fase, essa inteligência coletiva passa por um processo de colonização algorítmica, onde não apenas a cooperação entre cérebros é explorada, mas também a própria estrutura do pensamento individual. Aqui, o *noopoder* se manifesta de forma explícita: não se trata somente de coordenar a produção, mas de modular os estados cognitivos, reorganizar a atenção e moldar a percepção da realidade.

Essa transição também evidencia os desafios da *noopolítica*. Enquanto os músculos podem ser fisicamente forçados a obedecer uma cadência produtiva, os cérebros não podem ser disciplinados da mesma maneira. A atenção — assim como a confiança, o desejo e outros afetos que estruturam as relações humanas — não pode ser completamente capturada por fluxogramas ou contratos. No entanto, os sistemas algorítmicos tentam justamente fazer isso, convertendo padrões de pensamento em dados, antecipando comportamentos e refinando mecanismos de influência. Assim como os circuitos monetários, as redes cognitivas podem ser moduladas, mas seu controle nunca é absoluto: todo excesso de disciplinamento pode levar à desarticulação do próprio sistema que se pretende controlar. Esse risco define os limites do *noopoder* e cria brechas para a emergência de uma *noopolítica* insurgente — uma disputa pela autonomia da cognição e pelos caminhos da inteligência coletiva.

Nesse cenário, a noosfera não é apenas um conceito abstrato, mas um espaço material de disputa geopolítica, econômica e epistemológica. Os atores que conseguirem impor sua visão sobre essa esfera — seja por meio de infraestruturas digitais, algoritmos de filtragem da informação ou técnicas de persuasão cognitiva — estarão no centro das novas formas de governança global. O desafio contemporâneo é, portanto, compreender essa transformação e construir estratégias de resistência que impeçam a total captura da inteligência coletiva, garantindo que a noopolítica não seja apenas uma extensão do noopoder, mas também um espaço de criação, subversão e emancipação.



No contexto da noosfera, da noopolítica e do noopoder, propomos reformular a questão espinozista “*O que pode um corpo?*” para “*O que pode o cérebro?*”. A questão de Espinoza sobre “o que pode um corpo?” — retomada por Deleuze e Guattari, Negri e Hardt — foca no potencial físico e na ação do corpo material em um mundo físico demasiado moderno, ou seja, no contexto planetário de uma mecanosfera. Espinoza, ao falar sobre a potência do corpo, explora como ele pode agir, afetar, ser afetado e interagir com o mundo, sempre dentro das limitações do mundo físico da mecanosfera. No entanto, ao reformular essa pergunta para “*O que pode o cérebro?*”, estamos transferindo a questão para a esfera da cognição, do pensamento e da subjetividade.

Embora o foco se desloque para a mente ou cognição, é importante que o cérebro não seja visto como algo abstrato ou desvinculado do corpo físico. O cérebro ainda é um órgão material, embora com uma função altamente especializada. Ele não é apenas um “espírito” ou uma “mente” separada do corpo. Na verdade, ele é um corpo dentro de um corpo, com uma base física responsável por processos complexos como o pensamento, as emoções e a tomada de decisões. Ou seja, mesmo no campo da cognição, a materialidade do cérebro é essencial — e é essa materialidade, na noosfera, que está em disputa por meio da aceleração algorítmica e do embricamento entre noopoder e noopolítica.

O cérebro do qual falamos aqui é um dispositivo bioquímico, informático e social ao mesmo tempo. Nesse contexto, o cérebro não é apenas um órgão isolado, mas faz parte de uma rede maior de consciências interconectadas. O pensamento não é mais apenas individual; ele é coletivo, distribuído e, de certa forma, pode ser visto como um “nó” dentro de uma grande rede de conhecimento e interação global. Assim, o cérebro humano desempenha um papel fundamental na produção do pensamento coletivo — referindo-se à maneira como ideias, conceitos e ideologias se disseminam e se formam, influenciando a sociedade.

Portanto, o cérebro é um dispositivo que existe dentro e fora do crânio, abrangendo não apenas a substância intracraniana, mas também suas extensões para o corpo, especialmente por meio do sistema nervoso somático e autônomo, bem como as relações semióticas, sociais e culturais externas às quais está atrelado. Trata-se de *um*

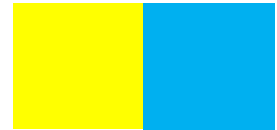
*processo* no qual o desenvolvimento da linguagem, da escrita e da memória são ampliados pelas redes sociais que, portanto, são também redes neurais.

Trinta e cinco anos após a publicação de um dos livros mais influentes para gerações de engenheiros e pesquisadores em inteligência artificial, Douglas Hofstadter expressou, em uma palestra para engenheiros da Google, seu temor diante da possibilidade real de que os computadores superem os humanos. Esse cenário alimenta visões pessimistas sobre os avanços da IA, muitas vezes marcadas por um determinismo tecnológico paradoxalmente sustentado pelos próprios engenheiros e futuristas que lideram a inovação. São eles que popularizaram o conceito de singularidade, o ponto em que máquinas inteligentes se tornariam autônomas e dominariam a humanidade. Essa perspectiva se baseia em uma visão estritamente fisicalista da mente, que reduz o cérebro a um sistema material sujeito às leis da física.

O debate sobre a condição humana — abrangendo temas como transumanismo, pós-humanismo, inteligência, intelecto e emoções — não se restringe a cenários especulativos, mas está diretamente presente nas pesquisas sobre interfaces entre cérebros e máquinas. Inicialmente, essas interfaces foram concebidas como dispositivos microeletrônicos implantados no cérebro. Mais recentemente, surgiu uma nova linha de pesquisa que desenvolve tecnologias capazes de captar sinais elétricos cerebrais sem necessidade de procedimentos invasivos. Já há aplicações bem-sucedidas, como capacetes que interpretam impulsos neurais para controlar drones ou óculos que vibram ao detectar sinais de fadiga em motoristas.

Nesse contexto, o cérebro não pode ser reduzido a um mero processador biológico, mas deve ser entendido como um elemento ativo na noosfera, a esfera do pensamento que emerge das interações coletivas da humanidade. Desde Pierre Teilhard de Chardin, a noosfera é concebida como um campo em constante expansão, onde a inteligência humana se entrelaça com os fluxos de conhecimento e tecnologia. As conexões sinápticas individuais não operam isoladamente, mas fazem parte de um ecossistema cognitivo maior, impulsionado pela troca de informações e pelo desenvolvimento de novos modos de inteligência coletiva. Nesse sentido, *não sabemos*





*ainda o que pode o cérebro.* Mas sabemos que, em vez de apenas replicar padrões algorítmicos, o potencial do cérebro na noosfera reside na sua capacidade de criar sentidos, construir narrativas e reinventar a própria realidade em meio às transformações tecnológicas.

Atualmente, as pesquisas em neurociência atravessam a divisão entre fisicalismo e vitalismo, enquanto abordagens psicológicas neoconstrutivistas e behavioristas introduzem novas perspectivas sobre a inteligência. Daniel Kahneman (2012) destacou a importância do sistema 2, mais lento e deliberativo, em contraste com o sistema 1, rápido e intuitivo. Já Olivier Houdé (2019) acrescenta um terceiro elemento essencial: o sistema inibidor, que permite a transição entre os dois sistemas. Essas descobertas sugerem que a aceleração algorítmica e as mudanças climáticas não afetam apenas a economia e o poder nas sociedades contemporâneas — como o emprego, a indústria e a política nas metrópoles — mas também desafiam nossa própria compreensão do que significa ser humano, especialmente no que se refere à inteligência. *A questão central não é simplesmente simular a cognição humana, mas redefini-la.* Melanie Mitchell (2019) observa que a IA ainda não consegue captar a riqueza de significados envolvidos na percepção, na linguagem e no raciocínio humano, devido às dificuldades de abstração e analogia, capacidades essenciais do pensamento humano que permanecem irreproduzíveis artificialmente. Em vez de mecanizar a mente e colonizar o cérebro, a verdadeira aposta pode estar no potencial de expandi-la, abrindo caminho para uma reinvenção urgente do mundo e uma libertação da potência cerebral da noosfera.

## **5. Conclusão: acelerar o processo noopolítico**

Diante desse cenário, é evidente que a aceleração algorítmica não apenas reconfigura os ritmos da produção e da circulação da informação, mas também impõe novas disputas no campo da noopolítica. O desafio contemporâneo não reside apenas na regulação estatal das Big Tech ou na defesa de uma soberania que já se mostra diluída, mas na necessidade de impulsionar processos de recomposição da inteligência coletiva,



antes que a captura algorítmica das redes consolide um regime de controle absoluto sobre a cognição social.

Se a noopolítica emerge como a disputa pelo sentido na era da informação, é fundamental que as forças democráticas acelerem a construção de infraestruturas alternativas e estratégias de resistência. Não basta uma reação defensiva contra o avanço do noopoder; é preciso uma ofensiva que se aproprie dos próprios mecanismos da aceleração algorítmica para intensificar processos de desterritorialização e multiplicação de novas formas de inteligência coletiva. O futuro da democracia não será garantido pelo retorno nostálgico à soberania estatal, mas pela capacidade de disputar a noosfera, expandindo sua potência emancipatória e subvertendo os dispositivos de captura algorítmica em favor de um novo paradigma de autonomia cognitiva.

A aceleração da noopolítica, portanto, não é apenas inevitável, mas necessária. Em vez de um futuro moldado pelas oligarquias digitais e pelo tecnofascismo emergente, devemos reivindicar a aceleração como um vetor insurgente, capaz de abrir caminhos para a democratização radical da inteligência coletiva e da própria infraestrutura informacional do planeta.

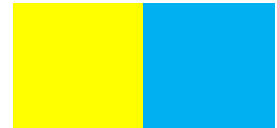
## Referências

ADAMS, D. “Does fact-checking works? What the science says”, *Nature*, 10 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-025-00027-0>

BENHOLD, K. “A New Age of American Interference in Europe”, *New York Times*, 13 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/01/13/world/europe/maga-musk-europeinterference.html>

BOUZOU, N. “Interdire X (ex-Twitter): un symptôme de l’hystérie règlementaire et du défaitisme bruxellois”, *Le Figaro*, 12 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/vox/politique/nicolas-bouzou-interdire-x-ex-twitter-un-symptomedel-hysterie-reglementaire-et-du-defaitisme-bruxellois-20250112>

BRATTON, B. *The Stack: On Software and Sovereignty*. The MIT Press, Cambridge, 2015.



CANTATORE, N. “A Dimensão histórica da mudança de paradigma assumida por Trump” Disponível em: [https://uninomade.net/a-dimensao-historica-da-mudanca-de-paradigma-assumida-por-trump/#\\_ftn2](https://uninomade.net/a-dimensao-historica-da-mudanca-de-paradigma-assumida-por-trump/#_ftn2)

COCCO, G, e ALBAGLI, S. (orgs.). **Revolução 2.0**. Garamond, Rio de Janeiro, 2011.

DUPUY, Jean-Pierre. *On The Origins of Cognitive Science: The Mechanization of the Mind* (1994). MIT, Cambridge, 2009.

GREEN, David Allen. “The coming battle between social media and the state”, *Financial Times*, 11 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.ft.com/content/917c9535-1cdb-4f6a>

HOUDÉ, O. *L’intelligence n’est pas un algorithme*. Odile Jacob, Paris, 2019.

KAHNEMAN, D. **Rápido e Devagar**. Objetiva, 2012.

KISSINGER, H A., SCHMIDT, A, HUTTENLOCHER, D. **The Age of AI and Our Human Future**. Little, Brown Company, New York, 2021.

MITCHELL, M. **Artificial Intelligence**. MIT, 2019.

National Intelligence Council (US). *Global Trend 2040: A More Contested*, março de 2021. Disponível em: [https://www.dni.gov/files/ODNI/documents/assessments/GlobalTrends\\_2040.pdf](https://www.dni.gov/files/ODNI/documents/assessments/GlobalTrends_2040.pdf)

PASQUINELLI, M. JOHLER, V. **The Noosphere Manifested: Artificial Intelligence as Instrument of Knowledge Extractivism**. Disponível em: <https://fritz.ai/noosphere/>

O’TOOLE, F. “Disinhibition will be the order of the day in Donald Trump’s America”, *New York Review*, 5 de dezembro de 2024.

RONFELDT, D. e ARQUILLA, J. **The Continuing Promise of the Noösphere and Noöpolitik – Twenty Years After**. Rand Corporation, 2018. Republicado em 2020. Disponível em: [https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/perspectives/PEA200/PEA237-1/RAND\\_PEA237-1.pdf](https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/perspectives/PEA200/PEA237-1/RAND_PEA237-1.pdf)

STORCHAN, V, e NOIRY, N.. “Prendre la mesure de l’intelligence artificielle”, *Le Grand Continent*, 18 de novembro de 2022.

TEGMARK, M. **Life 3.0: Being Human in The Age of Artificial Intelligence**. Knopf, 2017.

THIEL, P. “**Time for truth and reconciliation**”, *Financial Times*, 10 de janeiro de 2025.  
Disponível em: <https://www.ft.com/content/a46cb128-1f74-4621-ab0b242a76583105>

SZANIECKI, B e COCCO, G. **O Making da Metrópole: rios, ritmos e algoritmos**. Rio de Janeiro: Rio books, 2021.

WALKER, S. **Life As No One Knows It**. Riverhead Books, New York, 2024